

Uma economia para o cuidado e a sustentabilidade

Nota conceitual a partir de uma perspectiva feminista¹

Cäcilie Schildberg (ed.)

AGOSTO DE 2015²

- O conceito de economia verde proposto pela Conferência Rio+20 foi rejeitado por grande parte da sociedade civil, inclusive os movimentos feministas. Estes setores acreditam que tal “economia verde” não alcançará a drástica redução no uso de recursos que é necessária para diminuir as emissões de CO₂, deter a perda de biodiversidade e evitar a destruição geral de nosso ecossistema.
- As críticas também apontam para o fato de se tratar, em grande parte, de um conceito cego para as questões de gênero; apoia-se fortemente nas tecnologias verdes e nos mecanismos de mercado, enquanto o modelo econômico continua a depender dos cuidados não remunerados ou mal remunerados, que estão a cargo principalmente das mulheres.
- Os debates multifacetados sobre cuidado e sustentabilidade ainda não conseguiram construir uma ponte entre estas duas questões. Enquanto alguns promovem uma economia mais verde que mantém as estruturas e a lógica capitalista do lucro, as organizações feministas afirmam que é necessário fazer mudanças estruturais no sistema econômico, dando ênfase aos aspectos do desenvolvimento sustentável vinculados à integração e à distribuição.
- O principal argumento é que para assegurar a sustentabilidade de um novo sistema econômico será necessário converter todo o campo das forças reprodutivas em eixos centrais de pensamento e ação.

-
1. Através da presente nota conceitual queremos estimular o debate sobre como vincular cuidado e sustentabilidade, desenvolvendo ideias e políticas que orientem a transição para uma economia mais sustentável e justa em termos de gênero. Por se tratar de um ensaio preliminar, que ainda deve ser desenvolvido e melhorado, convidamos a todos e todas a nos enviarem seus comentários e a se unirem ao debate.
 2. Texto publicado originalmente em espanhol em outubro de 2014.



Sumário

■ Introdução	5
■ 1. Possibilitar uma vida boa para todos	6
■ 2. Economia e meios de subsistência sustentáveis	8
■ 3. A cultura do cuidado	9
■ 4. Cuidado e natureza na economia global de mercado	10
■ 5. Uma agenda de mudança – valores, estruturas e instituições	13
5.1 <i>Modelo de desenvolvimento social e econômico</i>	14
5.2 <i>Intervenções em matéria institucional e de políticas</i>	14
■ Bibliografia	16
■ Bibliografia complementar	18



Introdução

A Conferência Rio+20 apresentou o conceito de uma economia verde como resposta positiva perante as múltiplas crises existentes. O objetivo era mostrar que, através da convergência de políticas econômicas e ambientais, seria possível conciliar o crescimento econômico com uma sociedade de baixas emissões de carbono. A iniciativa apontava não apenas para a modificação dos padrões de produção e consumo com maior eficiência energética e de recursos, mas também para estabelecer programas para a redução da pobreza e melhoria da segurança alimentar nos países em desenvolvimento. A maioria das organizações da sociedade civil, inclusive os movimentos feministas, rejeitou o conceito proposto porque acredita que não se alcançará a drástica redução no uso de recursos necessária para diminuir as emissões de CO₂, deter a perda de biodiversidade e evitar a destruição generalizada de nosso ecossistema. Além disso, a economia verde definida na conferência não traz grandes contribuições para a promoção de um desenvolvimento sustentável com justiça de gênero e inclusão social. Os setores críticos assinalam que esse conceito praticamente ignora as questões de gênero: apoia-se fortemente nas tecnologias verdes e nos mecanismos de mercado para alcançar a meta de maior respeito ao meio ambiente, no entanto, o modelo econômico continua a recorrer aos cuidados não remunerados ou mal remunerados (a cargo principalmente das mulheres) para satisfazer as necessidades básicas e proporcionar assistência a adultos dependentes, crianças e seres não-humanos. Enquanto alguns promovem uma economia mais verde que mantém as estruturas e a lógica capitalista do lucro, as organizações feministas afirmam que é necessário fazer mudanças estruturais no sistema econômico com ênfase nos aspectos do desenvolvimento sustentável vinculados à integração e à distribuição.

Para romper com o dualismo do capitalismo moderno, é necessário realizar mudanças estruturais e fazer com que a economia se integre por completo à natureza e ao trabalho não remunerado. O sistema atual considera produtivos apenas os trabalhos remunerados e as transações efetuadas dentro do mercado. Os trabalhos de cuidados, executados principalmente por mulheres e meninas no ambiente doméstico e em suas comunidades, encontram-se

fora do mercado; o mesmo ocorre com a natureza, que também fica excluída deste. Contudo, tanto a tarefa reprodutiva como os recursos naturais são essenciais para que as economias de mercado funcionem de maneira adequada; são elementos inerentes à operação do sistema, mas não são reconhecidos como tal. Os mercados, portanto, não se preocupam em conservar e regenerar estes recursos vitais. O que acontece é o oposto: por um lado há esgotamento dos recursos naturais, destruição da biodiversidade e aumento da emissão de gases de efeito estufa e, por outro, há mudança demográfica nos países de alta e média renda, corte nos serviços sociais e diminuição da prestação de assistência, que trazem consigo um aumento da necessidade de cuidados. Este sistema produz riqueza e crescimento por meio da destruição contínua da base de sustento de qualquer economia: o cuidado e a natureza. Consequentemente, tal sistema nem é sustentável, nem garante cuidados.

Os debates multifacetados sobre cuidado e sustentabilidade ainda não conseguiram construir uma ponte entre estas duas questões. Contudo, para que o novo sistema econômico se torne sustentável, é preciso converter todo o campo das forças reprodutivas em eixos centrais de pensamento e ação. Esta nota conceitual advoga por uma economia sustentável e solidária, onde a sociedade reconheça o valor das atividades de cuidado e, portanto, organize, recompense e distribua tais atividades de maneira justa. Além disso, tenta incluir a natureza como ator cooperativo dos processos econômicos e como partícipe nos empreendimentos humanos, mas com uma capacidade limitada que deve ser respeitada.

Com base nesta análise crítica, a presente nota conceitual busca explicar duas coisas: em primeiro lugar, nossa visão compartilhada de uma economia sustentável, na qual os princípios dos cuidados se integram aos de sustentabilidade e, em segundo, nossas posições em relação a uma agenda para a mudança. Este material deve ser considerado como um trabalho em andamento. Portanto, convidamos a todos e todas a usá-lo, a enriquecê-lo com perspectivas regionais, a ampliá-lo com experiências práticas, etc.

Sabemos que a interpretação e os trabalhos concretos de cuidado variam conforme o contexto. O



significado não é o mesmo em áreas urbanas e em rurais, nem em países com PIB mais alto ou mais baixo. É por isso que nosso conceito e/ou interpretação deve ser adaptado às situações específicas do plano regional ou local. Por outro lado, as tarefas de cuidado têm um denominador comum em todo o mundo: são atribuídas principalmente às mulheres e são por elas realizadas. Trata-se, em geral, de um trabalho invisível e não reconhecido.

Portanto, ainda que a nota conceitual faça referência à pesquisa e a esfera acadêmica, cabe mencionar que também se baseia no trabalho e conhecimento dos povos autóctones e comunidades locais, assim como nas iniciativas de mulheres e suas lutas para alcançar a soberania alimentar e meios de subsistência sustentáveis.

1. Possibilitar uma vida boa para todos

Do nosso ponto de vista, para que exista justiça social e ambiental deve haver um sistema econômico subjacente que vise facilitar o bem estar e a dignidade de todos, ao mesmo tempo em que respeita a natureza como parte integrante da vida. Para alcançar este objetivo, é preciso mudar radicalmente a lógica econômica. É necessário um novo sistema econômico e social, onde as noções normativas de liberdade, a expansão das capacidades humanas, o cuidado, a equidade social e de gênero sejam tão importantes quanto a sustentabilidade ambiental. Estas noções são parte integral de nosso marco conceitual, que integra os conceitos de **economias e meios de subsistência sustentáveis com os princípios e ética de uma cultura do cuidado**.

Este ponto de vista “contrasta com a marginalização do cuidado como valor social e como forma de trabalho, inclusive dentro do próprio discurso sobre sustentabilidade” (genanet / Gottschlich 2012). Também se opõe à visão da natureza unicamente como objeto de domínio, um recurso a explorar e uma área para despejar seus resíduos. Em seu trabalho “Abordagem das capacidades”, Amartya Sen e Martha Nussbaum propõem facilitar uma boa vida a cada indivíduo, o que representa um passo concreto em direção a um desenvolvimento sustentável que se apoie nos direitos humanos e assegure a integridade e produtividade da natureza (ver Quadro I).

Quadro I: A “Abordagem das capacidades” segundo A. Sen e M. Nussbaum

A “Abordagem das capacidades” pode ser definida como uma análise comparativa da qualidade de vida, que teoriza os temas de liberdade, igualdade e justiça. A abordagem considera cada pessoa como um fim, não se limitando a questionar o bem estar geral ou médio, mas analisando as oportunidades disponíveis para cada ser humano. Com a opção de liberdade como eixo, sustenta que o bem essencial que deve ser promovido pelas sociedades é um conjunto de oportunidades ou liberdades substanciais para as pessoas. Desse modo, compromete-se a respeitar o poder de autodefinição e autonomia das pessoas, assim como sua capacidade de participar nos processos políticos de tomada de decisões. A abordagem demanda ao Estado e responsáveis pela formulação política a melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, definida em termos de suas capacidades (Nussbaum / Sen 1993).

Dez capacidades centrais

1. VIDA. Poder viver até o término de uma vida humana de duração normal; não morrer de forma prematura ou antes que a própria vida se veja tão reduzida que já não valha a pena ser vivida.
2. SAÚDE FÍSICA. Poder manter uma boa saúde, inclusive saúde reprodutiva; receber uma alimentação adequada; dispor de um lugar adequado para viver.
3. INTEGRIDADE FÍSICA. Ter o direito de ir e vir a qualquer lugar livremente; estar protegido de agressões violentas, inclusive agressão sexual e violência doméstica; dispor de oportunidades para a satisfação sexual e para escolha em matéria reprodutiva.
4. SENTIDOS, IMAGINAÇÃO E PENSAMENTO. Poder usar os sentidos, a imaginação, o pensamento e o raciocínio e fazê-lo de forma “verdadeiramente humana”, cultivados e configurados através de uma educação adequada [...].



5. **EMOÇÕES.** Poder [...] amar, sofrer, experimentar ansiedade, gratidão e raiva justificada. Que nosso desenvolvimento emocional não fique bloqueado pelo medo e pela ansiedade.
6. **RAZÃO PRÁTICA.** Ser capaz de estabelecer um conceito do bem e refletir criticamente sobre os próprios planos de vida. Isto implica em uma proteção da liberdade de consciência e de crença religiosa.
7. **VÍNCULOS.** A) Poder viver com e para os outros, reconhecer e demonstrar preocupação por outros seres humanos, participar em diversas formas de interação social; [...] ser capaz de agir com justiça e amizade. (Proteger esta capacidade implica em proteger as instituições que constituem estas formas de vínculo e proteger também a liberdade de associação e de expressão política); B) Fornecer as bases sociais para o respeito próprio e a não-humilhação; ser tratado como um ser dotado de dignidade e valor igual aos demais. Isto implica introduzir disposições contrárias à discriminação por raça, sexo, etnia, casta, credo e origem.
8. **OUTRAS ESPÉCIES.** Poder viver uma relação próxima e respeitosa com animais, plantas e o mundo natural.
9. **LÚDICO** Poder rir, brincar, divertir-se em atividades recreativas.
10. **CONTROLE SOBRE SEU PRÓPRIO AMBIENTE.** A) Político. Poder participar de forma efetiva das decisões políticas que regem a própria vida; ter direito à participação política e à proteção da liberdade de expressão e de associação. B) Material. Poder dispor de propriedades (sejam estes bens mobiliários ou imobiliários) ...; ter direito à procurar emprego ...; não estar sujeito a buscas e apreensões injustificados.

(Nussbaum 2011: 33-34)

Nosso conceito de economia vinculada à sustentabilidade e ao cuidado exige uma mudança de perspectiva. Em uma economia com tais características, as ações não visam a mera maximização da renda individual; orientam-se à conservação e regeneração da base de sustento das sociedades atuais e futuras (Biesecker/Hofmeister 2010). Nesse sistema econômico, o crescimento não é um fim em si mesmo, mas um meio para possibilitar uma “vida boa” a todos os seres humanos e preservar as capacidades regenerativas da natureza. Através desta nova perspectiva, os componentes ocultos – os trabalhos de cuidado não remunerados e os recursos naturais – aparecem no primeiro plano de pensamento e ação em nível social, político e econômico. A inclusão da economia assistencial deixa expostas as relações hierárquicas de gênero (que permanecem ocultas em todas as esferas de produção e intercâmbio, e que devem ser modificadas) e eleva de uma única vez os valores éticos do cuidado para ajudar a transformar os princípios predominantes na economia de mercado.

Uma economia sustentável e solidária vê-se guiada pela lógica (racionalidade) do cuidado (Waerness 1984). Este conceito de racionalidade está baseado na noção de que os seres não são promotores isolados da renda individual, mas pessoas que vivem e atuam dentro de um contexto social e que são capazes de cuidar de outros seres, inclusive do patrimônio natural das gerações futuras.

No marco deste esquema de sustentabilidade e cuidado, as atividades econômicas aparecem como processos múltiplos de interação entre o trabalho e a natureza, cujas características asseguram a regeneração social e natural. O sistema proposto baseia-se na conceitualização da natureza como ator totalmente envolvido nos processos econômicos (e não como objeto das atividades humanas, como fonte de recursos ou lixeira para as emissões). A natureza não é (apenas) um meio para a vida humana, mas um agente de cooperação com valor igual e com um fim em si mesmo. Todos os processos e produtos econômicos devem ser desenvolvidos de forma a ajudar a consolidar as forças regenerativas da natureza. O sistema em questão também está baseado em um conceito expandido de trabalho, que incorpora diferentes moda-



lidades trabalhistas que não são reconhecidas até os dias de hoje. Esta integração requer uma nova avaliação das atividades de cuidado, pressupõe o reconhecimento e redução da carga horária e uma redistribuição obrigatória de todas as tarefas de relevância social que são desenvolvidas nos lares, na comunidade e no mercado. Com esta redistribuição, todas as pessoas - mulheres e homens – iriam se tornam cuidadoras. O Estado e a sociedade civil¹ devem fortalecer e desenvolver organizações, instituições e políticas sociais que evitem que as tarefas remuneradas e os cuidados não remunerados sejam divididos de acordo com gênero, classe, etnia, raça, nacionalidade, idade. Por outro lado, o setor privado deve ir além das oportunidades vinculadas à responsabilidade social das empresas e adotar um enfoque que considere os direitos e necessidades dos trabalhadores.

2. Economia e meios de subsistência sustentáveis

O Relatório Brundtland, apresentado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, introduziu o conceito “meios de subsistência sustentáveis” para articular dois propósitos: por um lado, colocar à disposição de todos um meio de vida conveniente e um acesso equitativo aos recursos; e por outro, alcançar o desenvolvimento sustentável. Em 1992 a ideia foi ampliada através da Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que reconhece a pobreza como um problema complexo e multidimensional. O documento não apenas fixa a erradicação da pobreza como meta, mas vai além e assinala que “o objetivo a longo prazo, de capacitar a todos a atingir meios de subsistência sustentáveis, deve ser um fator de integração que permita às políticas abordar simultaneamente questões de desenvolvimento, de manejo sustentável dos recursos e de erradicação da pobreza” (Agenda 21, Capítulo 3.4). Além disso, o conceito de sustentabilidade elaborado pela Agenda 21 implicava em reconhecer que as considerações econômicas, sociais e ambientais de-

viam estar conectadas de forma coerente e pertinente para a formulação de políticas.

Em outras palavras, primeiro chegou-se a um consenso internacional sobre o fato de que a eliminação da pobreza era um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, e depois se compreendeu que os responsáveis pela formulação de políticas deviam levar em conta os meios de vida e de sustento de cada indivíduo para formular e implementar políticas ambientais. Segundo Chambers e Conway (1991), “sustento compreende pessoas, suas capacidades e seus meios de vida, inclusive alimentos, renda e ativos”. Portanto, o desenvolvimento é sustentável quando assegura o sustento no presente e no futuro. Uma economia vinculada ao cuidado e à sustentabilidade é um meio importante para cumprir o objetivo de desenvolvimento sustentável.

Um passo importante consiste em abordar a erradicação da pobreza do ponto de vista do sustento, ao invés de fazê-lo do ponto de vista da renda. É melhor definir pobreza como a privação de capacidades. Em um esquema com estas características, a sustentabilidade deve incluir aportes para o sustento vital proporcionados por uma economia do cuidado, que também define e limita as identidades, expectativas e ações das mulheres.

Se os responsáveis pela formulação de políticas querem que todos, homens e mulheres, consigam meios de subsistência sustentáveis, o campo do cuidado deve ser totalmente integrado à economia sustentável. As preocupações em torno do desenvolvimento sustentável tem que tornar visíveis “as esferas feminizadas do trabalho reprodutivo que apoiam as atividades realizadas em cada ponto da cadeia produtiva” (Harcourt e Stremmelaar 2012).

O conceito de sustentabilidade elaborado no marco dos direitos humanos (1999)² está relacionado com a noção de adequação e também implica disponibilidade no presente e para as futuras gerações. Por outro lado, a expansão das liberdades substanciais e das capacidades de mulheres e homens é essencial para construir meios de subsistência sustentáveis,

1. O conceito “sociedade civil” é utilizado aqui no sentido amplo, que inclui sindicatos e todos os atores e movimentos sociais. Além do Estado e da sociedade civil, o setor privado tem responsabilidades fundamentais no momento de assegurar os meios para transformar a economia atual em um sistema caracterizado por sustentabilidade e cuidado.

2. Ver Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, 1999: Observação geral Nº 12, O direito a uma alimentação adequada (artigo 11), parágrafos 6-7.



sujeitos à capacidade limitada do ecossistema para absorver o impacto das atividades humanas (Sen 1999). As tarefas de cuidado são meios e fins para a sustentabilidade; e se fazem indispensáveis para reproduzir os meios de subsistência no plano social, econômico e ambiental. A problemática relacionada à prestação de cuidados impacta a expansão e promoção das capacidades e liberdades reais de mulheres, homens, meninas e meninos.

Em uma sociedade caracterizada pela sustentabilidade e o cuidado, a economia deve ser percebida como um instrumento para assegurar o desenvolvimento das capacidades humanas e a expansão das liberdades reais, preservando e protegendo ao mesmo tempo sistemas de apoio à vida que são parte do bem comum do planeta (Ventura-Dias 2013). Trata-se de um sistema econômico onde existe uma valorização e remuneração adequadas para as atividades formais e informais destinadas ao cuidado dos adultos dependentes, crianças, seres não-humanos e meio ambiente.

3. A cultura do cuidado

É consenso no âmbito acadêmico feminista que as tarefas de cuidado têm uma natureza multidimensional, complexa e contraditória para a identidade da mulher e a equidade de gênero. Por um lado, o cuidado é uma parte essencial da vida social, uma categoria relevante para a sociedade em escala individual e global, e um elemento indispensável para a existência humana. Por outro lado, dificilmente há uma área tão importante como o (trabalho de) cuidado que se veja exposta a tamanha degradação e marginalização (lamentavelmente, isto também ocorre no discurso sobre sustentabilidade).

Devido ao aumento de sua demanda nas envelhecidas sociedades pós-industriais, o cuidado deixou de ser um assunto privado para transformar-se em público (Fine 2007). A medida que as mulheres ultrapassam os limites do domínio doméstico, o cuidado se transforma em uma questão de grande interesse público e privado. Não se trata apenas de uma atividade (cuidado), mas de uma prática que envolve a dimensão ética, emocional e relacional (pré-ocupação) e uma atividade (cuidado) (Tronto 1993). Consequentemente, o cuidado é tanto um conjunto de valores como uma série de práticas concretas.

Em uma sociedade – global ou local – dotada de tais valores e práticas, o cuidado deve penetrar as principais instituições porque o cuidado não é uma mera atividade ou forma de trabalho: em um sentido mais profundo, constitui um sistema de relações sociais que não apenas reconhece a interdependência entre os seres humanos, mas também suas vulnerabilidades. Uma sociedade que promove o cuidado, conscientiza as pessoas sobre as relações e dependências assimétricas, que configuram a vida individual e comunitária (Schnabl 2005; Genanet / Gottschlich 2012). “Se o cuidado fica circunscrito à esfera privada, reforça-se o mito de que alcançamos nosso sucesso como indivíduos autônomos e, nesse caso, não somos obrigados a compartilhar o fruto de nosso sucesso com os demais nem a dedicar recursos públicos aos trabalhos de cuidado” (Lawson 2009:210). A partir da experiência da vida cotidiana e da economia adequada, os enfoques feministas descreveram a qualidade especial do cuidado, que pressupõe assumir a responsabilidade de outros e comprometer-se conscientemente perante a outra pessoa, perante a sociedade em seu conjunto e perante a natureza (Gottschlich 2014). Nesse sentido, o cuidado implica em “ir além da própria pessoa e alcançar uma profunda empatia por outros seres humanos e não humanos” (Tronto 1993: 102).

Contudo, a distribuição atual da responsabilidade do cuidado na esfera pública e privada apresenta problemas na questão da equidade. Os setores acadêmicos feministas demandam que as tarefas de cuidado deixem de ser delegadas (quase que exclusivamente) às mulheres e que a carga de trabalho seja equitativa em termos de gênero; além disso, defendem um novo equilíbrio entre pessoas, famílias, Estado e mercado, que permita assumir responsabilidades pela prestação de cuidados ao invés de limitar-se a promover a privatização dos respectivos serviços (Gottschlich 2014). Uma contribuição importante ao debate foi feita pelo conceito “Purple Economy” (Ilkcaracan 2013). As sociedades modernas não podem dar por certa a presença de um amplo apoio internamente à família. É fundamental que o cuidado e trabalhos a ele vinculados sejam valorizados, que seja assegurada uma remuneração adequada para quem executa tais atividades e que as pessoas que necessitam deles sejam reconhecidas como cidadãos com voz e com plenos direitos (Glenn 2000; Sen 2009).



É necessário repensar e reformular urgentemente as responsabilidades na questão dos cuidados, que no plano mais geral podem ser percebidas como um grupo de atividades que inclui “tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso mundo, para que possamos viver nele da melhor forma possível. Esse “mundo” inclui nossos corpos, nossas individualidades e nosso ambiente, que tentamos entrelaçar em uma rede complexa que sustenta a vida” (Tronto 1993: 103).

Portanto, é necessário promover “a ética e a(s) atitude(s) do cuidado no conjunto de nossas sociedades, de forma que o processo de prover e receber assistência não seja simplesmente uma remediação para aqueles que tendem a ficar excluídos do sistema. Nossos sistemas sociais, econômicos, políticos e de governança [...] devem estar intrinsecamente orientados nesta direção. Para tanto, necessitamos uma **cultura do cuidado**, e nesse sentido a educação e a sociedade civil desempenham também um papel crucial” (Dankelmann 2014).

A partir desta perspectiva, os seguintes princípios realizam uma contribuição indispensável para alcançar meios de subsistência sustentáveis, fomentando uma reorganização da economia de um modo vinculado à sustentabilidade e ao cuidado:

Concentrar-se nas necessidades das pessoas, não em seus desejos.

- Tentar facilitar os processos vitais da natureza e dos seres humanos, e assegurar uma boa vida para todos.
- Inserir-se em um contexto social e ecológico, com ênfase nos processos geradores de vida.
- Ser tolerante ao erro e reversível para permitir mudanças, caso sejam necessárias (por exemplo, algumas tecnologias perigosas como a energia nuclear ou o uso de organismos geneticamente modificados estão longes de ser tolerantes a erros ou reversíveis).
- Antecipar as consequências no longo prazo.
- Agir de forma reativa, pausada e transparente em termos de tempo e espaço (Biesecker et al. 2000).

4. Cuidado e natureza na economia global de mercado

Para construir um esquema caracterizado pela sustentabilidade e o cuidado, é necessário estender a ética e a racionalidade do cuidado a todas as relações sociais e econômicas, inclusive as relações humanas com a natureza. O novo sistema econômico deve estar baseado na equidade de gênero, no respeito aos direitos humanos e na aceitação da natureza como partícipe do processo. No momento, contudo, enfrentamos um desenvolvimento completamente oposto a isso. Por um lado, a natureza foi transformada em um bem negociável e em objeto de especulação financeira. Em muitos países, os recursos naturais (terra, água, matas) – que antes integravam o patrimônio cultural do povo e garantiam sua vida e sustento alimentar – se transformaram em simples ativos financeiros para os grupos multinacionais de investimento. Por outro lado, pode-se observar uma “mercantilização da vida íntima” (Hochschild 2003) como consequência da tendência de “externalizar” as tarefas de cuidado. Mediante o uso de soluções formais e informais, os produtos e serviços do mercado estão substituindo o trabalho familiar tradicional. Por exemplo, a escassez de oferta de trabalhadores domésticos na Europa transformou os imigrantes em uma solução plausível perante a demanda de cuidados vivenciada nos países mais ricos. Cabe destacar o caso de Itália, onde a proporção de empregados domésticos nascidos fora do país aumentou de 20 por cento em 1983 para 83 por cento em 2006 (Tarricone Rosanna, 2012).

Nos países de renda alta e média, as mudanças na composição demográfica da sociedade (redução das taxas de natalidade e dos assalariados por domicílio) limitam a capacidade familiar de proporcionar cuidados não remunerados para quem necessite. Da mesma forma, a reestruturação dos serviços públicos e a privatização da prestação de assistência social aumentaram a brecha entre a maior demanda e a menor oferta. Para fechar essa brecha foram desenvolvidas cadeias globais de cuidados, que contribuem para aumentar as desigualdades existentes criando novas iniquidades. As desigualdades de gênero são, então, estendidas a uma rede de cuidados global de cidades, impulsionadas por um fluxo migratório de empregadas domésticas, enfermeiras e trabalhadoras sexuais que se deslocam dos países de baixa renda para os de alta renda (Ehrenreich e Hochschild 2002; Sassen



2002). Como foi reiterado nesta nota conceitual, as tarefas de cuidados são realizadas por trabalhadores não remunerados ou mal remunerados. À remuneração inferior recebida por migrantes que desempenham estas funções, se somam as condições trabalhistas precárias e inseguras (ver Quadro II).

Nos países que fornecem mão de obra, tais cadeias globais de cuidados criam novas brechas sociais, já que as mulheres abandonam áreas rurais para efetuar tarefas de cuidado e trabalhos em nações mais industrializadas ou no setor exportador dentro de seus próprios países; ao emigrar, não apenas deixam as atividades destinadas ao fornecimento de alimentos, mas, na maioria dos casos, se perde o conhecimento autóctone do ecossistema, cuja proteção se vê então impossibilitada. Parte desta brecha é fechada pelos mercados, que aceleram a destruição das economias de subsistência. E, assim, o conhecimento feminino autóctone das zonas rurais se perde para sempre. Além disso, quando as mulheres decidem emigrar para nações industrializadas, deixam suas famílias, suas comunidades e seus países. Outras mulheres, em especial mulheres de idade avançada (avós), passam a cuidar das famílias que permanecem no lugar de origem. No caso das enfermeiras capacitadas ou outras trabalhadoras qualificadas, os recursos públicos investidos em sua formação profissional terminam sendo desaproveitados pelos próprios países.

Quadro II: Condições trabalhistas precárias dos cuidadores

Quem dedica a maior parte de seu tempo para cuidar dos outros, não é considerado um trabalhador. Adolescentes – em especial mulheres – estão em situação de desvantagem porque sua única opção é transformar-se em cuidadores. Não dispõem de outras oportunidades na vida. Para começar, não têm acesso a uma educação que lhes ajude a superarem a pobreza e a serem economicamente independentes. Não podem também exigir condições trabalhistas justas e favoráveis, nem remuneração digna, nem saúde e segurança no trabalho, etc. A situação se agrava ainda mais nos países de baixa renda, onde não há um apoio social governamental para as pessoas que realizam cuidados não remunerados em tempo integral. Estas condições geram desigual-

dades. Segundo o “Relatório de Síntese da Consulta Global Temática de como Abordar as Desigualdades”, as desigualdades se manifestam no acesso a oportunidades, bens essenciais, serviços e outros recursos, assim como nas diferenças em relação a tratamento, status e capacidade para participar e influir na tomada de decisões. Desta forma, “as desigualdades estão profundamente arraigadas em fatores estruturais e barreiras nos campos econômico, social, político, cultural e ambiental. Tais fatores confluem e reforçam-se mutuamente. Seus efeitos podem ser acumulativos e levar ao desfavorecimento sistemático de alguns grupos sociais, perpetuação da pobreza e exclusão de geração em geração”. (Synthesis Report 2013: 8)

Trabalho não remunerado para a subsistência

As mulheres têm um papel significativo em todas as atividades que asseguram a subsistência das famílias e comunidades, já que cumprem a função de suprir suas necessidades básicas, como comida, água, combustível, habitação, saúde e seguridade social. Em muitas partes do mundo, as mulheres constituem 50% da mão de obra agrícola. Além disso, são as principais usuárias das matas e de outros recursos naturais. Dado que a maior parte do que produzem destina-se ao consumo doméstico e não chega ao mercado, essas mulheres não são vistas nem como trabalhadoras, nem como produtoras, e permanecem invisíveis. Ainda quando desempenham as tarefas no campo junto a seus maridos, costumam ser vistas apenas como esposas obedientes. Nega-se, a elas, a possibilidade de obter recursos produtivos e não contam com a segurança da posse da terra, nem acesso à formação, capacitação, tecnologia, crédito, mercado, etc.

A economia atual, que ignora o cuidado e a natureza, prioriza a renda e o lucro. Assim, favorece a agroindústria e a mineração. Em nome do desenvolvimento, deslocou sistematicamente comunidades rurais e pequenos produtores (em especial mulheres), alijando-os de seus meios de vida tradicionais, de sua terra e seus recursos. Com o colapso da economia rural e a inviabilidade da agricultura de subsistência, uma grande quantidade de mulheres é obrigada a deixar o campo para buscar emprego em fábricas de exportação, si-



tuadas em zonas econômicas especiais (ZEE) de seus países. Devido à ausência de leis trabalhistas mais rigorosas, as ZEE acentuam a exploração da mão de obra feminina. A tragédia do Rana Plaza em Bangladesh, que custou a vida de mais de 1.100 trabalhadores e deixou feridos outros 2.500, é apenas uma das milhares de tragédias que ocorrem em tais ZEE.

Esta problemática de exclusão e desigualdade de gênero se estende além das fronteiras e adquire novas dimensões. Já na década de 1960, muitas mulheres asiáticas haviam começado a trabalhar como empregadas domésticas nos países do Oriente Médio (Herrera e Gioconda 2013). A partir daí, a migração trabalhista só aumentou. As mulheres africanas e latino-americanas uniram-se às filas de trabalhadores que deixam seus países de origem e se dirigem principalmente à Europa e Estados Unidos para realizar tarefas de cuidados. Esta tendência também é observada em nível inter-regional devido à atração exercida pelas economias mais ricas: na América do Sul, por exemplo, encontram-se trabalhadoras domésticas peruanas no Chile; na Ásia grande quantidade de filipinas emigram para Singapura e Hong Kong para desempenhar essas tarefas; e na União Europeia acontece algo similar: mulheres e homens da Romênia, Polônia, etc. deixam seus países para trabalhar em outros países europeus mais ricos e desenvolvidos (ver Quadro III).

Quadro III: O último elo da cadeia de cuidados

“Todos os anos, cerca de 700.000 pessoas emigram da Indonésia, e mais de 70% delas realizam tarefas domésticas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que existam cerca de 100 milhões de trabalhadores domésticos em todo o mundo; a maioria empregados de maneira ilegal, 80% deles imigrantes e essa mesma porcentagem corresponde a mulheres. A migração acontece do sudeste europeu para nações industrializadas como Japão ou Hong Kong, ou para os países ricos do Golfo Pérsico; da América do Sul e Central para a América do Norte, e da África e Europa Oriental para a

Europa Ocidental. A cadeia global de cuidados é um fator econômico: por exemplo, segundo o Banco Mundial, as remessas enviadas em 2009 pelos imigrantes aos países em desenvolvimento alcançaram um valor próximo a 326.000 milhões de dólares americanos. O país da UE de onde saiu a maior quantidade de fundos remetidos por imigrantes foi a Alemanha: de acordo com os dados proporcionados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 15.000 milhões de dólares foram enviados desse país a vários destinos mais pobres. Segundo a Confederação Alemã de Sindicatos, 2,6 milhões de pessoas trabalham como empregadas domésticas nos lares do país. Apenas 250.000 estão empregadas de maneira legal. Oliver Lauxen, especialista no assunto, afirma que cerca de 100.000 pessoas provenientes da Europa Oriental cuidam de idosos e estima que a maioria delas trabalha ilegalmente ou em economia semiformal”.

(FES Gender-Infobrief, N° 2, 2013)

Cabe acrescentar que a crise financeira de 2007-2008 afetou gravemente as mulheres na economia global (ver Quadro IV). Nos países industrializados, as políticas fiscais conservadoras reduziram significativamente a prestação pública de serviços sociais, enquanto nos países de renda média e baixa o colapso aprofundou as estratégias de sobrevivência de famílias inteiras (Orozco 2010). Em ambas as regiões, as tarefas de cuidado – que haviam se tornado em um tema de interesse público – voltaram à esfera privada da família para serem resolvidas através do trabalho não remunerado das mulheres.

O deslocamento em direção ao mercado e à criação de cadeias globais de cuidados (com prestação formal e informal de assistência através de tal mercado) expõe uma série de assuntos complexos. A problemática está relacionada a várias dimensões da migração internacional, os direitos de quem presta e recebe cuidados e as preocupações em torno às condições trabalhistas imperantes nas indústrias prestadoras de tais serviços, em especial no que diz respeito às violações dos direitos humanos sofridas pelos imigrantes que executam os trabalhos.



Quadro IV: Efeitos da crise

“Ainda quando a situação varia entre os diferentes setores econômicos, há algumas tendências fundamentais que podem ser observadas ao analisar como a crise influencia o emprego. Entre elas estão o desemprego desenfreado, o aumento massivo da insegurança e da informalidade nas relações de trabalho e o crescimento da pobreza. Todos estes fatores atingem especialmente as mulheres, que não foram tão afetadas pela perda real de seu posto de trabalho, mas sofreram muito com o aumento do subemprego, vinculado às modalidades de emprego “meio período” e com jornadas reduzidas. Com a crise e consequente consolidação de algumas tendências que já existiam no mercado, o emprego em meio período passou a cumprir a função de amparo para as mulheres. A crise expandiu intensamente a precarização trabalhista, com jornadas curtas e salários mais baixos que prejudicam em especial a mão de obra feminina”. (<http://transform-network.net/de/zeitschrift/ausgabe-102012/news/detail/Journal/women-fa-cing-crisis-and-austerity.html>, 15.04.2014)

Nos Estados Unidos, as mulheres costumam ser empregadas no setor público como docentes e trabalhadoras administrativas. Precisamente estas áreas são as que sofreram os cortes mais duros. Quando se deu por finalizada oficialmente a recessão, as mulheres totalizavam a metade (57,2%) dos funcionários estatais. Contudo, entre junho de 2009 e abril de 2012, o trabalho feminino perdeu 66,6% dos 601.000 postos cortados na esfera pública. Para cada dois postos ganhos pelas mulheres no setor privado, um foi perdido no setor público (NWLC 2012).

Deste modo, as mulheres pertencentes a grupos vulneráveis ou marginalizados, social e economicamente, continuam proporcionando cuidados para cobrir as necessidades de outros. Assim, mantêm-se os papéis atribuídos a cada gênero e as normas vigentes historicamente e ao longo dessas regiões. Apesar da enorme heterogeneidade, a situação feminina nos países de baixa renda não mudou muito. Mesmo em lugares onde as redes sociais e os

movimentos organizados conseguiram dar maior visibilidade aos trabalhos de cuidados, as mulheres e meninas ainda hoje são consideradas potenciais cuidadoras como parte de suas funções de gênero, enquanto os homens se recusam a assumir maiores tarefas nesse campo. Os responsáveis pela formulação de políticas não abordam efetivamente o tema das tarefas de cuidado não remuneradas e perpetuam assim as desigualdades de gênero, que impedem que os trabalhadores do setor tenham uma vida digna. Em muitos países de baixa renda, mulheres carentes continuam realizando as mesmas tarefas: cuidam das crianças e dos doentes de suas famílias e comunidades, protegem os recursos naturais e dão assistência aos idosos dos setores sociais mais poderosos, sem que o Estado lhes garanta uma proteção adequada contra os abusos vivenciados no marco dessa atividade como prática privada. Nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, as famílias dos lares mais pobres dependem da renda gerada pelas jovens, que trabalham como cuidadoras para enfrentar o desemprego, a extrema pobreza e a insegurança econômica. Nas áreas de agricultura de subsistência, produção de sementes, gestão posterior à colheita, criação de animais, pesca, gestão de recursos naturais e de energia, etc., o trabalho feminino não remunerado também significa um aporte para a segurança alimentar e o sustento das famílias.

5. Uma agenda de mudança – valores, estruturas e instituições

A transformação para um sistema social e econômico caracterizada pela sustentabilidade e pelo cuidado implica um projeto de longo prazo. Por um lado podemos visualizar essa sociedade, mas por outro nos deparamos com a realidade da globalização capitalista. É preciso introduzir mudanças profundas no conceito da economia, na definição de sua racionalidade, no modo de organização social e econômica e na relação sociedade-natureza. A produtividade da natureza, suas forças regenerativas e sua renovação devem ser asseguradas não só na atualidade, mas também para as gerações futuras. E da mesma forma, é preciso assegurar também a produtividade dos seres humanos e sua capacidade de cuidar dos demais. Mas como é possível alcançar tais objetivos? Por onde devemos começar? Que passos adotar para alcançar um futuro com sus-



tentabilidade e cuidado? Como ponto de partida, elaboramos, em um nível muito abstrato, a seguinte “Agenda de Mudança”. As recomendações incluídas não são exaustivas e devem ser vistas somente como parâmetros centrais dentro de um processo. Trata-se de uma proposta que aponta para diferentes níveis de implementação/ação e também varia em termos de capacidade transformadora. Podemos dividir as recomendações em duas categorias: a primeira promove a transformação geral do modelo socioeconômico de desenvolvimento, juntamente com os valores, princípios e ética da racionalidade econômica; a segunda propõe mudanças institucionais e intervenções políticas que estariam alinhadas com o cuidado e a sustentabilidade do sistema econômico.

5.1 Modelo de desenvolvimento social e econômico

■ A transformação proposta será um longo processo de aprendizado em comum, porque a cultura/ética do cuidado será convertida em um elemento central da futura sociedade e também será necessário revalorizar a natureza. As sociedades humanas devem começar a coordenar suas atividades com os processos vivos da natureza, trabalhando de maneira coerente em termos de qualidade, quantidade, tempo e espaço. Isto significa, por exemplo, que só se deve usar energia renovável. É preciso também aprender a valorizar as necessidades e trabalho de cuidado; por um lado, para garantir um nível de tempo e remuneração para os serviços prestados e, por outro, para redistribuir tais atividades não remuneradas entre os membros do lar e da comunidade. Se há o desejo de corrigir a atual desigualdade de gênero e a prestação de cuidados, é imprescindível mudar as regras do jogo e voltá-las para o “Modelo de cuidador universal”, conforme proposto por Nancy Fraser (Fraser 1997).

■ As responsabilidades duras e desiguais em matéria de cuidados são barreiras importantes, que impõem obstáculos para a igualdade de gênero e impedem que as mulheres usufruam plenamente dos direitos humanos. No momento de traçar e implementar políticas trabalhistas e sociais, deve-se levar em conta este aspecto (que inclui, entre outras coisas, a licença parental, o pagamento pela maternidade, o acesso a uma atenção infantil de alta qualidade e fle-

xibilidade no âmbito do trabalho). O cuidado deve ser concebido como uma responsabilidade social e coletiva e não como um problema individual limitado à esfera familiar. Com uma maior consciência social sobre as desigualdades distributivas e sobre a noção de pobreza de tempo que afeta as cuidadoras não remuneradas, a vida dessas mulheres melhoraria, já que se reduziria e redistribuiria seu trabalho doméstico desprovido de pagamento.

■ Para transformar o atual modelo econômico, incorporando neste os eixos do cuidado e da sustentabilidade, é preciso vontade política e coragem para mudar. O nível mais importante para esta transformação é o local, mas é preciso contar com o apoio de todos os demais níveis (regional, nacional e global). Se o desejo é realizar a transição democraticamente, é necessário deter a “mercantilização” da governança³ e envolver todos os atores sociais e comunidades afetadas. Hoje em dia, a economia precede à política. Esta relação vai mudar durante a transformação: cada vez mais, o processo político dará forma ao âmbito econômico - e não o contrário.

■ Finalmente, é preciso desenvolver e testar ideias para saber que caminhos podem produzir um novo modelo econômico, arraigado nos princípios do cuidado e sustentabilidade. É preciso experimentar e achar novos estilos de vida (suficiência) com base em tais princípios. Os Estados são chamados a facilitar a realização desses experimentos.

5.2 Intervenções em matéria institucional e de políticas

■ Quanto ao conceito da mão de obra, a transformação para uma sociedade com sustentabilidade e cuidado implica em promover uma integração geral, para que todos possam participar em todos os campos. Isto obriga a redistribuir os trabalhos de cuidado não remunerados e mal remunerados de três formas:

1. *Redistribuição entre mulheres e homens*: Tanto no âmbito público como no privado, as soluções vinculadas à prestação de cuidados devem considerar homens e mulheres por igual. Por

3. Ver, por exemplo: Taylor (2000).



exemplo, a licença de trabalho quando nasce uma criança deve contemplar ambos os progenitores para desafiar os estereótipos e os papéis de gênero e fomentar o conceito de responsabilidades compartilhadas para os trabalhos de cuidado não remunerado.

2. *Redistribuição dos lares para o Estado*, mas não necessariamente para o mercado: Os Estados devem promover a mudança estratégica na área dos cuidados, e deixar de confiar no mercado e na prestação voluntária e voltar aos serviços públicos, acessíveis e de alta qualidade, com acesso universal à saúde, à educação e à segurança social.
3. *Redistribuição do tempo e recursos entre grupos sociais*, particularmente em favor dos lares pobres.

■ Todos estes processos redistributivos exigem, como condição prévia, uma redução da jornada trabalhista remunerada. Uma sociedade voltada para a sustentabilidade e o cuidado necessita mais tempo para as tarefas de assistência. Para garantir uma boa vida com um salário mais baixo, é necessário estabelecer uma renda básica.

■ As sociedades devem oferecer oportunidades às pessoas que prestam e recebem cuidados, para que participem e possam tomar decisões no projeto, implementação e supervisão dos serviços de prestação de cuidados e políticas aplicadas.

■ É necessário destinar mais fundos para a pesquisa sobre o cuidado e sustentabilidade. Além disso, os planos de estudos das escolas e universidades devem incluir temas de gênero, cuidado e sustentabilidade como conteúdos indispensáveis para a formação.

■ As políticas econômicas e sociais devem reconhecer o cuidado como um trabalho e os cuidadores

como trabalhadores. Devem respeitar o direito das pessoas a usar os recursos de propriedade coletiva, que devem ser mantidos, expandidos e apoiados através de diversos modos de produção, reprodução (regeneração) e utilização de bens e serviços. Devem valorizar a capacidade e o conhecimento dos cuidadores, em tudo que se refere aos diferentes sistemas de subsistência. Devem ajudar os cuidadores a se organizarem para participar em negociações coletivas. Devem guiar-se pelo compromisso com o respeito e a proteção de todos os direitos humanos.

■ Deve-se estabelecer a ética e os princípios do cuidado como regras de boas práticas empresariais. Isto implica em responsabilizar as empresas privadas pela sustentabilidade e renovação dos recursos que utilizam, assim como pelas possibilidades recreativas de seus empregados. O apoio estatal às empresas deveria estar sujeito a esta condição (por exemplo, mediante a elaboração de um índice de cuidado e sustentabilidade)⁴.

■ Os Estados devem deixar de outorgar subsídios à produção, empresas e atividades econômicas não sustentáveis (por exemplo, mineração do linhoto). Pelo contrário, devem estabelecer regulamentações que permitam apenas a realização de atividades econômicas responsáveis e sustentáveis no longo prazo.

■ É necessário realizar transformações institucionais em escala global para garantir relações equitativas de gênero dentro dos países e entre eles. Tais mudanças devem fixar um marco de normas e regulamentações orientadas para criar sociedades mais justas do ponto de vista ecológico, econômico, social e de gênero. Em nível global, pode-se pensar também em estruturas/ instituições que supervisionem e acompanhem criticamente o desenvolvimento em prol de economias caracterizadas pelo cuidado e a sustentabilidade.

4. Ver, por exemplo: Scherhorn, Gerhard (2013).



Bibliografia

- Biesecker, Adelheid, Maite Mathes, Susanne Schön & Babette Scurell (eds.)** (2000): *Vorsorgendes Wirtschaftens. Auf dem Weg zu einer Ökonomie des Guten Lebens*, Bielefeld, Kleine Verlag.
- Biesecker, Adelheid & Sabine Hofmeister** (2010): Focus: (Re)Productivity. Sustainable Relations both between Society and Nature and between the Genders en *Ecological Economics* vol. 69 N° 8, pp. 1703-1711.
- Chambers, Robert & Gordon Conway** (1992): Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century, *IDS Discussion Paper* N° 296, Brighton, IDS.
- Dankelman, Irene** (2014): Comentario online a On Gender, Care and Sustainable Economy. A concept note, <<http://www.fes-sustainability.org/de/blog/gender-care-and-sustainable-economy-concept-note>>, 10.5.2014.
- Ehrenreich, Barbara & Arlie Russell Hochschild** (2002): *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*, Nueva York, Holt.
- FES-Gender-Infobrief Gender Matters N° 2** (2013): Focus. At the Bottom of the Care Chain, <http://www.fes.de/gender/infobrief/pdf_content/IL02_Focus04.pdf>, 17.4.2014.
- Fine, Michael D.** (2007): *A Caring Society. Care and the Dilemmas of Human Service in the 21st Century*, Nueva York, Palgrave Macmillan.
- genanet** (2012): Green Economy: Gender_Just! Towards a Resource-Light and Gender-Just Future, informe para discusión, genanet – Focal Point Gender, Environment, Sustainability, Berlín, <http://www.genanet.de/fileadmin/downloads/Green_Economy/Discussionspaper_en.pdf>.
- genanet (ed)** (2013): Sustainable Economy and Green Growth: Who Cares? International Workshop linking Care, Livelihood and Sustainable Economy. Berlín. <http://www.genanet.de/care-eco.html?&L=1>.
- genanet & Daniela Gottschlich** (2012): Sustainable Economic Activity: Some Thoughts on the Relationship between the Care and the Green Economy, informe para discusión, genanet – Focal Point Gender, Environment, Sustainability, Berlín, <http://www.genanet.de/fileadmin/downloads/Green_Economy/Backgroundpaper_Care_en.pdf>.
- Glenn, Evelyn Nakano** (2000): Creating a Caring Society en *Contemporary Sociology* vol. 29 N° 1, Utopian Visions: Engaged Sociologies for the 21st Century, pp. 84-94.
- Gottschlich, Daniela** (2014): *Kommende Nachhaltigkeit. Bausteine für ein kritisch-emanzipatorisches Konzept nachhaltiger Entwicklung aus diskurstheoretischer, feministischer Perspektive*, Baden-Baden, Nomos, en prensa.
- Harcourt, Wendy & Josine Stremmelaar** (2012): Women Reclaiming Sustainable Livelihoods: An Introduction en W. Harcourt (ed.): *Women Reclaiming Sustainable Livelihoods: Spaces Lost, Spaces Gained*, Basingstoke, GB: Palgrave Macmillan, pp. 1-11.
- Herrera, Gioconda** (2013): Gender and International Migration: Contributions and Cross-Fertilizations en *Annual Review of Sociology* vol. 39, pp. 471-489.
- Ilkcaracan, Ipek** (2013): The Purple Economy: A Call for a New Economic Order beyond Green Economy. En: genanet (ed): Sustainable Economy and Green Growth: Who Cares? International Workshop linking Care, Livelihood and Sustainable Economy, pp. 32-37.
- Lawson, Victoria** (2009): Instead of Radical Geography, How About Caring Geography? en *Antipode* vol. 41 N° 1, pp. 210-213.
- National Women's Law Center** (2012): Public Sector Job Cuts Aren't Just Hurting Women's Employment, 9.8.2012, <<http://www.nwlc.org/our-blog/public-sector-job-cuts-aren%E2%80%99t-just-hurting-women%E2%80%99s-employment>>, fecha de consulta: 25.4.2014.



Netzwerk Vorsorgendes Wirtschaften (ed.) (2013): *Wege Vorsorgenden Wirtschaftens*, München, Metropolis.

Nussbaum, Martha C. (2011): *Creating Capabilities. The Human Development Approach*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, MA-Londres.

Nussbaum, Martha & Amartya Sen (1993): *The Quality of Life*, Oxford, Oxford University Press.

Orozco, Manuel (2009): Understanding the Continuing Effect of the Economic Crisis on Remittances to Latin America and the Caribbean, Inter-American Dialogue, 10.8.2009.

Orozco, Manuel, Elisabeth Burgess & Netta Ascoli (2010): Is There a Match among Migrants, Remittances and Technology?, Inter-American Dialogue, 30.9.2010.

Sassen, Saskia (2002): Global Cities and Diasporic Networks: Microsites in Global Civil Society en Helmut Anhelet et al. (eds.): *Global Civil Society 2002*, Oxford, Oxford University Press, pp. 217-238.

Scherhorn, Gerhard (2013): Subsistenz: Voll für die eigenen Kosten entstehen en Heike Leitschuh et al. (ed.): *Jahrbuch Ökologie 2014*, Stuttgart, Hirzel, p. 92 y ss.

Schnabl, Christa (2005): Gerecht sorgen. Grundlagen einer sozialetischen Theorie der Fürsorge, Friburgo, Academic Press Fribourg / Herder.

Sen, Amartya (2009): *The Idea of Justice*, Cambridge, MA, Belknap Press of Harvard University Press.

Sepúlveda Carmona, Magdalena (2013): Report of the Special Rapporteur on Extreme Poverty and Human Rights, A/68/293, Asamblea General de las Naciones Unidas, Sesión 68.

Synthesis Report on the Global Thematic Consultation on Addressing Inequalities (2013), <<http://www.world-wewant2015.org/node/299198>>, fecha de consulta: 2.6.2014.

Taylor, Vivienne (2000): *Marketisation of Governance: Critical Feminist Perspectives from the South*, Ciudad del Cabo, SADEP / University of Cape Town.

Tronto, Joan (1993): *Moral Boundaries. A Political Argument for an Ethics of Care*, Nueva York-Londres: Routledge Veil.

United Nations Committee on Economic, Social Cultural Rights (1999): General Comment 12, The Right to Adequate Food (Article 11), par. 6-7.

Ventura-Dias, Vivianne (2013): Towards Greener Cities with Social and Gender Equity in Latin America, trabajo presentado en la Conferencia Anual de IAFFE, Stanford University, Palo Alto, CA, 12.7.2013.

Wærness, Kari (1984): On the Rationality of Caring. EID Economic and Industrial Democracy en *International Journal* vol. 5 N° 2, mayo, pp. 185-210. Reimpreso en Suzanne Gordon, Patricia Benner & Nel Noddings (eds.) (1996): *Caregiving. Readings in Knowledge, Practice, Ethics, and Politics*, Filadelfia, University of Pennsylvania Press, pp. 231-255.



Bibliografía complementar

Agarwal, Bina (1992): The Gender and Environment Debate: Lessons from India en *Feminist Studies* vol. 18 N° 1, pp. 119-158. – (2000): Conceptualising Environmental Collective Action: Why Gender Matters en *Cambridge Journal of Economics* N° 24, pp. 283-310.

Aguirre, Rosario (2007): Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas en Irma Arriagada (ed.): *Familias y políticas públicas en América Latina*. Una historia de desencuentros, Santiago de Chile, Cepal, pp. 187-199.

Antonopoulos, Raina (2008): The Unpaid Care Work - Paid Work Connection, document de Trabajo, Levy Institute, <http://www.levy.org/pubs/wp_534.pdf>.

Bakker, Isabella (1994): The Strategic Silence. Gender and Economic Policy, Londres, Zed Books.

Bauhardt, Christine (2011): Gesellschaftliche Naturverhältnisse von der Materialität aus denken. Feministische Ökonomie, Queer Ecologies und das Konzept Ressourcenpolitik en *GENDER. Zeitschrift für Geschlecht, Kultur und Gesellschaft*. vol. 3 N° 3, pp. 89-103.

Benería, Lourdes (2003): *Gender, Development and Globalization. Economics and If All People Mattered*, Nueva York-Londres, Routledge.

– (2007): Paid/Unpaid Work and the Globalization of Reproduction, Working Paper Series N° 07-1, The International Working Group on Gender, Macroeconomics, and International Economics, <<http://www.econ.utah.edu/genmac/WP/07-1.pdf>>.

– (2008): The Crisis of Care, International Migration, and Public Policy en *Feminist Economics* vol. 14 N° 3, julio, pp. 1-21.

Biesecker, Adelheid & Daniela Gottschlich (2013): Wirtschaften und Arbeiten in feministischer Perspektive – geschlechtergerecht und nachhaltig? en Sabine Hofmeister, Christine Katz & Tanja Möl-

ders (eds.): *Geschlechterverhältnisse und Nachhaltigkeit. Die Kategorie Geschlecht in den Nachhaltigkeitswissenschaften*, Opladen, Budrich, pp. 178-189.

Biesecker, Adelheid & Sabine Hofmeister (2010): Focus: (Re)Productivity. Sustainable Relations both between Society and Nature and between the Genders en *Ecological Economics* vol. 69 N° 8, pp. 1703-1711.

Biesecker, Adelheid & Stefan Kesting (2003): *Mikroökonomik. Eine Einführung aus sozial-ökologischer Perspektive*, München-Viena, Oldenbourg.

Biesecker, Adelheid, Maite Mathes, Susanne Schön & Babette Scurrall (eds.) (2000): *Vorsorgendes Wirtschaften. Auf dem Weg zu einer Ökonomie des Guten Lebens*, Bielefeld, Kleine.

Bock, Gisela & Barbara Duden (1977): Arbeit aus Liebe – Liebe als Arbeit: Zur Entstehung der Hausarbeit im Kapitalismus en *Frauen und Wissenschaft. Beiträge zur Berliner Sommeruniversität für Frauen*, julio de 1976, Berlín, pp. 118-199.

Braidotti, Rosi, Ewa Charkiewicz, Sabine Häusler & Saskia Wierings (eds.) (1994): *Women, the Environment and Sustainable Development. Towards a Theoretical Synthesis*, Londres-New Jersey, Zed Books.

Bryant, Bunyan (1995): *Environmental Advocacy, Justice, and Sustainability*, Washington, DC, edición de autor.

Bryant, Raymond L. & Sinéad Bailey (1997): *Third World Political Ecology*, Londres, Routledge.

Busch-Lüty, Christiane, Maren Jochimsen, Ulrike Knobloch & Irmi Seidl (eds.) (1994): Vorsorgendes Wirtschaften. Frauen auf dem Weg zu einer Ökonomie der Nachhaltigkeit en *Politische Ökologie*, edición especial N° 6, München.

Çağatay, Nilüfer, Diane Elson & Caren A. Brown (1995): Gender, Adjustment and Macroeconomics en *World Development* vol. 23 N° 11, pp. 1825-2017.



Carrasco, Cristina (2006): La paradoja del cuidado: necesario pero invisible en *Revista de Economía Crítica* N° 5, marzo, pp. 39-64.

– (2011): La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes en *Revista de Economía Crítica* N° 11, primer semestre, pp. 205-225.

Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2009): Gender and Paid and Unpaid Work: Links in the Chain of Discrimination and Inequality en *Social Panorama of Latin America 2009*, Santiago de Chile, Cepal, julio de 2010, <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/37840/PSI2009-chap4-gender.pdf>>.

Daly, Herman E. (2005): Economics in a Full World en *Scientific American* vol. 293, septiembre, p. 3.

– (2012): From a Failed Growth Economy to a Steady-State Economy en UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) (ed.): *The Road to Rio+20. For a Development-Led Green Economy*, Ginebra, UNCTAD, pp. 11-15.

Dankelman, Irene (2012): On the Road to Sustainable Development: Promoting Gender Equality and Addressing Climate Change en PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (ed.): *Powerful Synergies. Gender Equality, Economic Development and Environmental Sustainability*, New York, United Nations, pp. 25-35.

DAWN – Development Alternatives for Women for a New Era (1995a): Markers on the Way: The DAWN Debates on Alternative Development. DAWN's Platform for the Fourth World Conference on Women, Beijing, sep de 1995, Barbados.

– (1995b): Rethinking Social Development: DAWN's Vision en *World Development* vol. 23 N° 11, pp. 2001-2004.

Elson, Diane (1994): Micro, Meso, Macro: Gender and the Economic Analysis in the Context of Policy Reform en Isabella Bakker (ed.): *The Strategic Silence: Gender and Economic Policy*, Londres, Zed Books, pp. 33-45.

– (1999): Labor Markets as Gendered Institutions.

Equality, Efficiency and Empowerment Issues en *World Development* vol. 27 N° 8, pp. 611-627.

– (2002): International Financial Architecture: A View from the Kitchen en *Femina Politica* vol. 11 N° 1, pp. 26-37. **Elson, Diane (ed.)** (1995): *Male Bias in the Development Process*, Manchester-Nueva York, Manchester University Press.

Elson, Diane & Rosemary McGee (1995): Gender Awareness in Modeling Structural Adjustment en Nilüfer Çağatay, Diane Elson & Caren Grown (eds.): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, edición especial de *World Development* vol. 23 N° 11, pp. 1987-1994.

England, Paula (2003): Separate and Soluble Selves: Dichotomous Thinking in Economics en Marianne A. Ferber & Julie A. Nelson (eds.): *Feminist Economics Today. Beyond Economic Man*, Chicago-Londres, The University of Chicago Press, pp. 61-80.

Ferber, Marianne & Julie A. Nelson (eds.) (1993): *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*, Chicago, The University of Chicago Press.

Fine, Michael D. (2007): The Social Division of Care en *Australian Journal of Social Issues* vol. 42 N° 2, invierno, pp. 137-149.

Folbre, Nancy (1994): *Who Pays for the Kids? Gender and the Structures of Constraint*, Nueva York, Routledge.

– (1995): Holding Hands at Midnight: The Paradox of Caring Labor en *Feminist Economics* vol. 1 N° 1, pp. 73-92.

Folbre, Nancy & Michael Bittman (eds.) (2004): *Family Time: The Social Organization of Care*, Nueva York, Routledge.

Gordon, Suzanne, Patricia Benner & Nel Noddings (eds.) (1996): *Caregiving. Readings in Knowledge, Practice, Ethics, and Politics*, Filadelfia, University of Pennsylvania Press.

Gottschlich, Daniela (2012): A Caring Approach to Sustainable Development: A Feminist Perspective on Why the Green Economy Concept Falls Short, Heinrich-Böll-Stiftung, <<http://www.gwi->



-boell.de/en/2012/06/13/caring-approach-sustainable-development-feminist-perspective-why-green-economy-concept>.

Gudynas, Eduardo (2011): The 'Good Living' as an alternative to development, *DAWN GEEJ Consultation in Latin America* N° 18-21, marzo, Montevideo, pp. 9-10, <<http://www.dawnnet.org/uploads/newsletters/2011-July.pdf>>, fecha de consulta: 29.2.2012.

Hallegatte, Stéphane & Geoffrey Heal (2011): From Growth to Green Growth – a Framework, World Bank Policy Research Working Paper N° WPS 5872, noviembre.

Haraway, Donna (1988): Situated Knowledges: The Science Question in Feminism as a Site of Discourse on the Privilege of Partial Perspective en *Feminist Studies* vol. 14 N° 3, pp. 575-599.

Harcourt, Wendy (ed.) (1994a): *Feminist Perspectives on Sustainable Development*, Londres-Roma, Zed Books / Society for International Development.

Harcourt, Wendy (1994b): Introduction: Negotiating Positions in the Sustainable Development Debate: Situating the Feminist Perspective en W. Harcourt (ed.): *Feminist Perspectives on Sustainable Development*, Londres-Roma, Zed Books / Society for International Development pp. 1-8.

Haug, Frigga (2011): Das Care-Syndrom. Ohne Geschichte hat die Frauenbewegung keine Perspektive en *Das Argument* vol. 53 N° 3, pp. 345-364.

Himmelweit, Susan (ed.) (2000): *Inside the Household: From Labour to Care*, Basingstoke, GB, Palgrave Macmillan.

Himmelweit, Susan & Hilary Land (2011): Reducing Gender Inequalities to Create a Sustainable Care System en *Kur-swechsel* N° 405, pp. 49-63.

Hofmeister, Sabine & Christine Katz (2011): Naturverhältnisse. Geschlechterverhältnisse. Nachhaltigkeit en Matthias Groß (ed.): *Handbuch Umweltsoziologie*, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften / Springer Fachmedien Wiesbaden, pp. 365-398.

Hofmeister, Sabine & Tanja Mölders (2006): Geschlecht als Basiskategorie der Nachhaltigkeitsforschung en Martina Schäfer, Irmgard Schultz & Gabriele Wendorf (eds.): *Gender-Perspektiven in der Sozial-ökologischen Forschung. Herausforderungen und Erfahrungen aus inter- und transdisziplinären Projekten*, München, Oekom, pp. 17-37.

Hofmeister, Sabine, Tanja Mölders & Maria-Eleonora Karsten (ed.) (2003): *Zwischentöne gestalten: Dialoge zur Verbindung von Geschlechterverhältnissen und Nachhaltigkeit*, Bielefeld, Kleine.

International Labour Organization (ILO) (1999): Decent Work Agenda, <<http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/de-cent-work-agenda/lang-en/index.htm>>, fecha de consulta: 19.2.2013.

Jackson, Cecile (1998): Women and Poverty or Gender and Well-Being? en *Journal of International Affairs* vol. 52 N° 1, otoño, pp. 67-81.

Jochimsen, Maren (2003a): *Careful Economics. Integrating Caring Activities and Economic Science*, Boston-Dordrecht-Londres, Kluwer Academic Publishers.

- (2003b): *Die Gestaltungskraft des Asymmetrischen – Kennzeichen klassischer Sorgesituationen und ihre theoretische Erfassung in der Ökonomik* en zfwu – Zeitschrift für Wirtschafts- und Unternehmensethik vol. 4 N° 1, pp. 38-51.

Jochimsen, Maren, Stefan Kesting & Ulrike Knobloch (eds.) (2004): *Lebensweltökonomie*, Bielefeld, Kleine.

Jochimsen, Maren, Ulrike Knobloch, Irmi Seidl (1994): Vorsorgendes Wirtschaften. Konturenskizze zu Inhalt und Methode einer ökologischen und sozialverträglichen Ökonomie en Christiane Busch-Lütty, Maren Jochimsen, Ulrike Knobloch e Irmi Seidl (eds.): *Vorsorgendes Wirtschaften. Frauen auf dem Weg zu einer Ökonomie der Nachhaltigkeit. Politische Ökologie*, número especial 6, pp. 6-11.

König, Tomke & Ulle Jäger (2011): Reproduktionsarbeit in der Krise und neue Momente der Geschlechterordnung. Alle nach ihren Fähigkeiten, alle nach ihren Bedürfnissen! en Alex Demirovic, Julia Dück, Florian Becker y Pauline Bader (eds.):



VielfachKrise im finanzdominierten Kapitalismus, Hamburgo, VSA, pp. 147-164.

Lachenmann, Gudrun & Petra Dannecker (eds.) (2001): *Die geschlechtsspezifische Einbettung der Ökonomie. Empirische Untersuchungen über Entwicklungs- und Transformationsprozesse*, Hamburgo, Lit.

Mearns, Robin & Andrew Norton (eds.) (2010): *Social Dimensions of Climate Change. Equity and Vulnerability in a Warming World*, Washington, DC, The World Bank.

Mellor, Mary (1994) [1982]: *Wann, wenn nicht jetzt! Für einen ökosozialistischen Feminismus*, Hamburgo, Argument.

Moreno, Camila (2010): Green Economy and Development(alism) in Brazil – Resources, Climate and Energy Politics en *Inside a Champion. An Analysis of the Brazilian Development Model*, Heinrich-Böll-Foundation, <http://www.boell.de/sites/default/files/Inside_A_Champion_Democracy.pdf>, fecha de consulta: 8.2.2013.

– (2011): Green Economy, Financialisation of Nature and Rio+20, document para la discusión, reunion del HBS Fair Global Deal, COP17, Durban, Sudáfrica, pp. 1-11.

Moser, Caroline & Anis A. Dani (eds.) (2008): *Assets, Livelihoods, and Social Policy*, Washington, DC, The World Bank.

Nayar, Anita (2011): Development Alternatives with Women for a New Era on behalf of the Women's Major Group, Rio+20 Intersessional, 15-16 de diciembre, <http://www.dawnnet.org/uploads/documents/WEBSITE_RIO20_Anita_Intervention%20at%20Rio+20%20Intersessional_2011-Dec-16.PDF>, fecha de consulta: 29.2.2012.

Nebelung, Andreas, Angelika Poferl e Irgard Schultz (eds.) (2001): Geschlechterverhältnisse – Naturverhältnisse. Feministische Auseinandersetzung und Perspektiven der Umweltsoziologie, Opladen, Leske + Budrich.

Nelson, Julie A. (2011): Ethics and the Economist: What Climate Change Demands of Us en

Global Development and Environment Institute Working Paper N° 11-02, mayo, <<http://ase.tufts.edu/gdae/pubs/wp/11-02ethicsandeconomists.pdf>>.

Nussbaum, Martha C. (2007): Human Rights and Human Capabilities en *Harvard Human Rights Journal* vol. 20, pp. 21-24.

Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) (2011): Towards Green Growth, <<http://www.oecd.org/greengrowth/48224539.pdf>>.

Padmanabhan, Martina Aruna (2003): Frauenökonomie und Vorsorgendes Wirtschaften. Konzepte zur geschlechtsspezifischen Analyse ökonomischen Handelns en *zfwn – Zeitschrift für Wirtschafts- und Unternehmensethik*, Themenschwerpunkt Feministische Wirtschaftsethik vol. 4 N° 1, pp. 56-66.

Pearce, David W. (2002): An Intellectual History of Environmental Economics en *Annual Review of Energy Environment* vol. 27, pp. 57-81.

Plonz, Sabine (2011): Mehrwert und menschliches Maß. Zur ethischen Bedeutung der feministisch-ökonomischen Ca-re-Debatte en *Das Argument* vol. 53 N° 3, pp. 365-380.

Power, Marilyn (2004): Social Provisioning as a Starting Point for Feminist Economics en *Feminist Economics* vol. 10 N° 3, pp. 3-19.

Princen, Thomas (2005): The Idea of Sufficiency en Thomas Princen (ed.): *The Logic of Sufficiency*, Cambridge, MA, The MIT Press, pp. 1-19.

– (2010): Capítulo 1. Within Our Means en T. Princen (ed.), *Treading Softly. Paths to Ecological Order*, Cambridge, MA, The Mit Press, pp. 1-18.

Razavi, Shahra (2007): The Political and Social Economy of Care in a Development Context. Conceptual Issues, Research Questions and Policy Options, junio, <<http://www.unrisd.org>>.

Rocheleau, Dianne E., Barbara P. Thomas-Slayter & Esther Wangari (1996): *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experience*, Londres-Nueva York, Routledge.



Rodríguez-Enríquez, Corina (2012): La cuestión del cuidado: ¿el eslabón perdido del análisis económico? en *Revista de la Cepal* N° 106, abril, pp. 23-36.

Röhr, Ulrike (2011): Green Economy. Die Wirtschaft soll grüner werden – aber wird sie damit auch gerechter? en *Frauen Rat. Informationen für die Frau, Green Economy. Gerechtigkeit oder Begründung des Kapitalismus?* N° 5/2011, pp. 2-4.

Röhr, Ulrike (ed.) (2011): *Sustainable Economy and Green Growth: Who Cares? International Workshop Linking Care, Livelihood and Sustainable Economy*, Berlín: genanet.

Röhr, Ulrike & Meike Spitzner (2008): Gender Justice as the Basis for Sustainable Climate Policies. A Feminist Background Paper, <http://www.gendercc.net/fileadmin/inhalte/Dokumente/UNFCCC_conferences/COP14/Gender_Justice_CC_en-final.pdf>.

Rummery, Kirstein & Michael Fine (2012): Care: A Critical Review of Theory, Policy and Practice en *Social Policy & Administration* vol. 46 N° 3, junio, pp. 321-343.

Sassen, Saskia (2002): Global Cities and Survival Circuits en Barbara Ehrenreich & Arlie Russell Hochschild (ed.): *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*, Nueva York, Henry Holt, pp. 254-272.

– (2010): Global Inter-City Networks and Commodity Chains: Any Intersections? en *Global Networks* vol. 100 N° 1, pp. 150-163.

Schäfer, Martina, Irmgard Schultz & Gabriele Wendorf (ed.) (2006): *Gender-Perspektiven in der Sozial-ökologischen Forschung: Herausforderungen und Erfahrungen aus inter- und transdisziplinären Projekten*, München, Oekom.

Sen, Amartya (1999/2000): *Development as Freedom*, Nueva York, Anchor Books.

Sen, Gita (2010): Sustainability, Human Development and Growth: A Gendered Look, <http://www.dawn-net.org/resour-ces-multimedia.php?id=71&med_id>, fecha de consulta: 29.2.2012.

Sen, Gita & Caren Grown (1987): *Development, Crises and Alternative Visions. Third World Women's Perspectives*, Nueva York, Monthly Review Press.

Spitzner, Meike (1996): Die Krise der Reproduktionsarbeit: Herausforderung an eine öko-soziale Stadtplanung en Deutscher Städtetag (ed.): *Frauen verändern ihre Stadt: Arbeitshilfe 3: Stadtentwicklung*, Colonia, Deutscher Städtetag, pp. 72-82.

Spitzner, Meike (1999): Krise der Reproduktionsarbeit – Kerndimension der Herausforderungen eines öko-sozialen Strukturwandels. Ein feministisch-ökologischer Theorieansatz aus dem Handlungsfeld Mobilität en Ines Weller, Ines Hoffmann & Sabine Hofmeister (eds.): *Nachhaltigkeit und Feminismus: Neue Perspektiven – Alte Blockaden*, Bielefeld, Kleine, pp. 151-165.

Taylor, Vivienne (2000): *Marketisation of Governance: Critical Feminist Perspectives from the South*, Ciudad del Cabo, SADEP / University of Cape Town.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2010): The Green Economy: Trade and Sustainable Development Implications, Nueva York-Ginebra, ONU, <http://www.unctad.org/en/docs/ditcted20102_en.pdf>, fecha de consulta: 19.1.2013.

United Nations Environment Programme (UNEP) (2009): Global Green New Deal, informe de política, marzo de 2009, <<http://www.unep.ch/etb/publications/Green%20Economy/UNEP%20Policy%20Brief%20Eng.pdf>>, fecha de consulta: 19.1.2013.

– (2011): Towards a Green Economy – Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication, Nairobi, ONU, <<http://www.uneo.org/green-economy/>>, fecha de consulta: 19.1.2013.

Unmüßig, Barbara (2012): Grüne Ökonomie – die neue Zauberformel? Erwartungen an die Rio+20-Konferenz en *Zeitschrift Vereinte Nationen* N° 1/2012, pp. 3-9.

Waerness, Kari (1984): On the Rationality of Caring en *EID Economic and Industrial Democracy*, an *International Journal* vol. 5 N° 2, mayo, pp.



185-210. Reimpreso en Suzanne Gordon, Patricia Benner & Nel Noddings (eds.) (1996): *Caregiving. Readings in Knowledge, Practice, Ethics, and Politics*, Filadelfia, University of Pennsylvania Press, pp. 231-255.

WEDO – Women’s Environment and Development Organization (2002): *Women’s Action Agenda for a Healthy and Peaceful Planet. A Decade of Women’s Advocacy for Sustainable Development*, <www.wedo.org/wp-content/uploads/agenda2015_eng.pdf>, fecha de consulta: 12/2/2013.

– (1991): *Women’s Action Agenda 21 for a Healthy Planet*, Miami, <www.earthsummit2002.org/toolkits/women/ngo-doku/ngo-conf/Miami%201991.txt>, fecha de consulta: 12/2/2013.

WEDO – Women’s Environment and Development Organization & REDEH/ Network for Human Development

– (2002): *Women’s Action Agenda for a Healthy Planet 2015*, <www.worldsummit2002.de/downloads/womenaction.pdf>, fecha de consulta: 12/2/2013.

Westra, Laura & Peter S. Wenz (eds.) (1995): *Faces of Environmental Racism: Confronting Issues of Global Justice*, Lanham, Rowman & Littlefield.

Wichterich, Christa (2002): *Sichere Lebensgrundlagen statt effizienterer Naturbeherrschung – das Konzept nachhaltige Entwicklung aus feministischer Sicht* en Christoph Görg & Ulrich Brand (eds.): *Mythen globalen Umweltmanagements. Rio + 10 und die Sackgassen nachhaltiger Entwicklung*,

Münster, Westfälisches Dampfboot, pp. 72-91.

– (2003): *Femme global. Globalisierung ist nicht geschlechtsneutral*, Attac-BasisTexte 7, Hamburgo. VSA.

– (2004): *Überlebenssicherung, Gender und Globalisierung. Soziale Reproduktion und Livelihood-Rechte in der neoliberalen Globalisierung*, Wuppertal Paper Nr. 141, febrero, Wuppertal, <www.wupperrinst.org/globalisierung/pdf_global/wichterich_paper.pdf>, fecha de consulta: 6/4/2012.

– (2009): *Gleich, gleicher, ungleich. Paradoxien und Perspektiven von Frauenrechten in der Globalisierung*, Sulzbach i. Taunus, U. Helmer.

Wilkinson, Richard & Kate Pickett (2010): *Gleichheit ist Glück – Warum gerechte Gesellschaften für alle besser sind*, Zweitausendeins, Berlin.

Wiltshire, Rosina (1992): *Environment and Development: Grass Roots Women’s Perspective*, DAWN, Barbados.

Winker, Gabriele (2009): *Care Revolution – ein Weg aus der Reproduktionskrise*, <www.feministisches-Institut.de/care-revolution>, fecha de consulta: 29/2/2012.

Young, Brigitte (2002): *Entwicklungsfinanzierung, Finanzkrisen in Asien und die ‘Feminisierung der Menschlichen Sicherheit’ (human security) en Femina Politica vol. 11 N° 1*, pp. 38-47.

Zimmerman, Mary K. & Jacquelyn S. Litt (2006): *Global Dimensions of Gender and Carework*, Palo Alto, Stanford University Press.



Autoras

Profa. Dra. Adelheid Biesecker ensinou Teoria Econômica na Universidade de Bremen até 2004, e é membro da rede alemã "Vorsorgendes Wirtschaften", que pertence a associação de economia ecológica (Vereinigung für Ökologische Ökonomie).

Priti Darooka é a fundadora e diretora executiva do Programa sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Mulheres (PWESCR), organização internacional de direitos humanos com sede em Nova Délhi, Índia.

Dra. Daniela Gottschlich é cientista política e dirige o grupo de pesquisa sócio-ecológica "PoNa – Politiken der Naturgestaltung" na Universidade Leuphana de Lüneburg.

Magda Lanuza é militante e acadêmica feminista nicaraguense, atua como coordenadora para América Latina de uma fundação privada canadense e integra o grupo DAWN.

Ulrike Röhr dirige o »genanet«, um projeto sobre gênero, meio ambiente e sustentabilidade que integra a associação feminista alemã LIFE, com sede em Berlim. É engenheira e socióloga por formação, dedica-se a temas de gênero, especialmente no contexto da política energética e climática.

Dra. Cécilie Schildberg coordena o projeto "Aproximação à Globalização a partir da Equidade de Gênero" e trabalha com assuntos relacionados à política social internacional no Departamento de Política Global e Desenvolvimento da Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), Berlim.

Dra. Marcela Tovar-Restrepo preside o Conselho Diretivo da Organização de Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WEDO). É também professora adjunta na Universidade de Columbia, Nova York.

Dra. Vivianne Ventura Dias é pesquisadora independente e ex-diretora da divisão de Comércio Internacional e Integração da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) das Nações Unidas. Possui um doutorado em Economia Agrícola e Recursos Naturais pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-63-2



9 788599 138632